

**A SÉRIE DOCUMENTAL “DELITOS E ATIVIDADES ILÍCITAS” DA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES (ASI) DA FUNDAÇÃO
NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI): VIOLÊNCIA E PUNIÇÕES CONTRA OS
INDÍGENAS DE MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E PARANÁ.**

Rafael Pelegrini Serafim^{1*}, Éder da Silva Novak¹.

1. Universidade Federal da Grande Dourados;

* Autor para contato: rafaelpelegrini1989@gmail.com

Uma vez tendo se estabelecido o golpe militar de 1964, e a fim de fornecer informações ao Conselho de Segurança Nacional, consolidando assim a prática repressiva a indivíduos e organizações que pudessem constituir algum risco ao poder estabelecido, criou-se em junho do mesmo ano o Serviço Nacional de Informações, que contando com o auxílio de outras instâncias como as Assessorias de Segurança e Informações, compunha o mecanismo de inteligência e espionagem durante o período militar. A atuação das ASI's era restrita a monitorar as informações em instituições públicas, tais como fundações e universidades. Através especialmente dos esforços por parte da Comissão Nacional da Verdade na investigação das violações aos direitos humanos ocorridas no período em questão, conseguiu-se acesso ao acervo documental desta assessoria, no que tange ao seu período de atuação junto à FUNAI. Tal acervo é composto de 12 séries abordando temáticas diversas, no qual este trabalho dedicou-se a análise da série documental denominada 'Delitos e Atividades Ilícitas – DAI', tendo por objetivo a identificação e sistematização de ocorrências que abordem situações de violência e punições contra os indígenas de etnias do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso (antes da divisão em 1977), bem como das regiões próximas no estado do Paraná. O acervo disponibilizado foi organizado em pastas por séries, os arquivos da série DAI (101 arquivos, totalizando 3.321 páginas) foram analisados, página por página, e as informações obtidas, como datas, remetentes e destinatários, assuntos, foram dispostas em uma planilha do Microsoft Excel. As informações, já sistematizadas, foram analisadas a fim de identificar casos que destacassem ações de violência ou atividades ilícitas/delitos contra e/ou envolvendo indígenas das regiões supracitadas.

Dos 101 arquivos analisados, foram identificados 18 como possuindo documentos que atendem ao objetivo da pesquisa. Alguns deles trazem citações mais breves, destacando alguma atividade ilícita ocorrida no estado, já outros como o arquivo 72 trazem extensos dossiês com informações mais detalhadas sobre os indivíduos citados (nesse caso, o arquivo consta de informações sobre pessoas que estariam se passando por indígenas para obterem de alguma maneira vantagens perante a FUNAI). Ao final do processo de análise, pudemos perceber que a temática da demarcação de territórios tradicionais faz-se bastante presente, bem como a vulnerabilidade de certos grupos indígenas pela falta de órgãos representativos que estivessem harmoniosamente alinhados aos seus interesses, o que pode corroborar para a sua associação com entidades religiosas de cunho mais revolucionário, fomentando ações que evidenciavam o desacordo com a política indigenista oficial vigente na época, como se percebe no arquivo 098 (pg.15) onde missionários do CIMI teriam participado junto à indígenas Kaiowá de um levante armado contra um fazendeiro na região de Caarapó, devido a uma ação de despejo que estes últimos haviam sofrido. Em suma, a obtenção desta planilha do Microsoft Excel, com informações resumidas acerca do conteúdo de todos os arquivos analisados, pode auxiliar outros pesquisadores a, através de uma rápida visualização, identificar informações úteis à sua pesquisa, que podem constituir um interessante ponto de partida para investigações mais apuradas.

Palavras-chave: Povos Indígenas, Ditadura Militar, Violência e Punições.

Agradecimentos: Agradeço à UFGD pela viabilização desta pesquisa, através do fornecimento de uma bolsa de estudos.